

INCLUSÃO ESCOLAR: UMA COMPARAÇÃO ENTRE O IDEAL E A REALIDADE NA COMARCA DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

Cícero Soares Brum¹

Daniela Di Domenico²

RESUMO

O artigo trata de uma análise da realidade escolar em relação à inclusão. A inclusão escolar é uma modernidade, portanto, devemos pensar em educação de uma forma moderna, com preparação e evolução, tanto do aluno como do professor. Este artigo científico abrange a necessidade de ressaltar a importância dos direitos humanos para a educação, tem como primeira etapa vencer o preconceito introduzido historicamente na sociedade, através de políticas de prevenção e conscientização. Outro aspecto relevante apresentado é o estudo das novas teorias da inteligência observadas pelos estudiosos e diretrizes relevantes para a introdução de novas práticas educacionais. O presente artigo também busca mostrar um pouco da realidade na Comarca de São Lourenço do Oeste (Jupirá, Novo Horizonte e São Lourenço do Oeste), fazendo algumas comparações e demonstrando um pouco da situação vivida dentro das escolas.

Palavras – chave: inclusão, educação, direitos humanos.

ABSTRACT

The article deals with an analysis of school reality with respect to inclusion. School inclusion is a modernity, therefore, we should think of education in a modern way, with preparation and development of both the student and the teacher. This scientific article covers the need to caveat the importance of human rights to education, has as a first step overcome prejudice introduced historically in society through prevention and awareness policies. Another relevant aspect presented is the study of new theories of intelligence observed by relevant scholars and guidelines for the introduction of new educational practices. This article also tries to show a bit of reality in the West District of São Lourenço (Jupirá, Novo Horizonte and Sao Lourenco do Oeste), making some comparisons and demonstrating some of the situation experienced within schools.

Key - words: inclusion, education, human rights.

¹ Acadêmico do Curso de Pós-Graduação da Unochapeco - Educação e a Rede de Proteção Social - Campus de São Lourenço do Oeste/SC. E-mail: cicero.soares.brum@unochapeco.edu.br.

² Professora Orientadora – Mestre em Ciências Contábeis – FURB. Email: didomenico@unochapeco.edu.br

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo apresentará o conceito controvertido da inclusão através de análises sociais. Será ressaltada a importância e a necessidade em apresentar soluções para garantir acesso à educação para todos os estudantes de modo justo.

Neste contexto, serão apresentados alguns títulos relacionados ao tema principal: direitos humanos, inclusão social, realidade escolar. Serão destacados também alguns fatores práticos que dificultam o processo de inclusão. E assim, propor uma prática menos preconceituosa no ambiente social.

Percebe-se que a evolução da sociedade comprova até onde o homem chegou em termos de tecnologia e avanço científico. Contudo há um retrocesso quanto ao caráter altruísta. Apesar disso, há certo avanço quanto a aspectos legais foram normatizados, o ano de 1996 teve como marco para a educação brasileira a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9.394/96, com enfoque para a Educação Especial.

Após essa primeira iniciativa várias outras foram tomadas. Muitas delas no sentido de apresentar diretrizes. Pois, não é através da política de criminalização que a educação deve se manter. Uma vez que, é claro o fato de que criminalizar não é a solução, verifica-se isso no atual sistema prisional brasileiro.

Assim, nota-se que o progresso de inclusão é lento, buscando aos poucos meios mais eficazes, o paradigma da inclusão vem há anos buscando a não exclusão escolar e propondo ações que garantam o acesso e permanência do aluno com deficiência no ensino regular. Mas o paradigma da segregação está no momento ainda enraizado nas escolas, com muitas dificuldades e desafios a enfrentar. (PORTAL EDUCAÇÃO).

Contudo, a inclusão coloca inúmeros questionamentos aos professores e técnicos que atuam nessa área. Por isso é necessário avaliar a realidade e as controvertidas posições e opiniões sobre o tema.

Esse processo apresenta aos educadores um subsídio para o incentivo da prática inclusiva inserido na pedagógica e contribuindo para o desenvolvimento de maior aceitação das diferenças.

Neste contexto, o presente artigo tem como objetivo principal a análise do processo de inclusão idealizado, e a real situação da comarca de São Lourenço do Oeste – SC. Esse processo de verificação se dará através de pesquisas

bibliográficas e de análises comparativas das visitas em loco para constatar quais as maiores dificuldades encontradas nas escolas da comarca citada.

O presente estudo é de suma importância devido à falta de informação que a sociedade atual está inserida, visto que é perceptível o frequente desinteresse das pessoas e ainda o preconceito enraizado nas salas de aula, nas famílias e na sociedade. Há uma urgente necessidade de mudar o pensamento da sociedade nas práticas de inclusão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A sociedade inclusiva tem fundamento numa filosofia que reconhece e valoriza a diversidade. Partindo desse princípio tem-se como linha essencial a constituição de qualquer sociedade e como horizonte o panorama ético dos Direitos Humanos que expõe a necessidade de se garantir o acesso e a participação de todos a todas às oportunidades, independentemente das particularidades de cada sujeito (MEC).

Contudo, o sucesso da inclusão escolar ainda encontra muitas barreiras. Na prática, trabalhar com a mudança não é um processo rápido, nem fácil. Os títulos a seguir (2.1 e 2.2) apresentam vários elementos para identificar as dificuldades e falhas no processo de inclusão.

2.1 EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS

Antes de abranger a inclusão nas escolas ocorre a necessidade de ressaltar a importância dos direitos humanos para a educação. A primeira etapa é vencer o preconceito introduzido historicamente na sociedade. É de conhecimento comum, que até pouco tempo atrás as pessoas especiais não tinham nenhum atendimento, nem direitos, eram vistos como símbolo de castigo de Deus e que os pais estariam “pagando” algum pecado, assim as pessoas com deficiência eram escondidas pelas famílias que muitas vezes sentiam-se envergonhas por ter na família uma pessoa com deficiência.

Somente após a Constituição Federal de 1988 é que este panorama começou a mudar de cenário. Outro grande passo foi o avanço do Brasil quando começou a fazer parte dos países signatários da Declaração de Salamanca que teve

significativa repercussão, servindo de base para as políticas educacionais brasileiras, visto que incluiu propostas e orientações da prática inclusiva, tais como:

Nós congregamos todos os governos e demandamos que eles: • atribuam a mais alta prioridade política e financeira ao aprimoramento de seus sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluírem todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais. • adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma. • desenvolvam projetos de demonstração e encorajem intercâmbios em países que possuam experiências de escolarização inclusiva. • estabeleçam mecanismos participatórios e descentralizados para planejamento, revisão e avaliação de provisão educacional para crianças e adultos com necessidades educacionais especiais. • encorajem e facilitem a participação de pais, comunidades e organizações de pessoas portadoras de deficiências nos processos de planejamento e tomada de decisão concernentes à provisão de serviços para necessidades educacionais especiais. • invistam maiores esforços em estratégias de identificação e intervenção precoces, bem como nos aspectos vocacionais da educação inclusiva. • garantam que, no contexto de uma mudança sistêmica, programas de treinamento de professores, tanto em serviço como durante a formação, incluam a provisão de educação especial dentro das escolas inclusivas (UNESCO, 1994)

Assim, a Declaração de Salamanca vem colaborar com as diretrizes norteadoras na busca de efetivação dos direitos humanos, principalmente ao direito de igualdade na educação.

Os direitos humanos devem estar compostos em lei, mas devem antes de mais nada, servir de base para uma política de prevenção e conscientização. Neste sentido, os autores Sabaranski, Inácio e Rosa (2011, p.125 – 145) apresentam cinco oficinas que colaboram com o desenvolvimento da reflexão para os direitos humanos. As oficinas serão apresentadas a seguir e servem como subsídio para os educadores. A primeira oficina foi iniciada apresentando imagens de revistas e internet demonstrando situações de violação dos direitos humanos:

Os alunos ao verem as fotos, foram estimulados a expressar opiniões sobre isso. Após essa atividade, eles se dividiram em grupos de cinco e relataram uns aos outros as experiências pessoais nas quais acreditavam ter ocorrido desrespeito e violações. Então cada grupo expôs aos demais aquilo que foi levantado em suas experiências. Ao final, as crianças foram fotografadas para que esse material servisse de base numa dinâmica mais direcionada ao tema Direitos Humanos e Diversidade a se realizar no encontro seguinte.

A segunda atividade, exposta abaixo, como apresentam os autores Sabaranski, Inácio e Rosa (2011, p.125 – 145) foi direcionada ao tema Igualdade na Diversidade, onde enfatizaram o preconceito e as diferenças humanitárias, com o objetivo fazer despertar o reconhecimento de que todos somos iguais e devemos respeito às diferenças.

A dinâmica desenvolvida foi por meio da observação das fotográficas dos alunos expostas em sala de aula, uma foto em preto e branco e outra colorida de cada estudante. Essa proposta visava despertar nas crianças a

ideia de diferença (cores das fotografias), pois não importa a mudança de cor, na aparência e para além dela, elas continuam sendo as mesmas, com as mesmas vontades e particularidades. Ou seja, em “colorido” ou “preto e branco”, as imagens representam as mesmas pessoas. Por fim, firmou-se um compromisso de respeito mútuo entre os colegas, também foi lido o livro *Os Direitos das Crianças por Ruth Rocha*, e cada um pode fazer sua colocação ou expor suas dúvidas sobre o poema. (SABARANSKI, INÁCIO e ROSA , 2011, p.138)

A terceira oficina teve como tema “Compromissos de Ação”, abaixo o método usado:

Nela, procuramos firmar com os alunos o compromisso de respeito aos direitos humanos e estabelecer regras e normas para que se afirmasse a proposta dentro de uma perspectiva de diversidade. Para se estabelecer isso, exibimos a animação *Horton e o Mundo dos Quem*³, buscando ressaltar as cenas que mostram semelhanças, diferenças e discriminação entre os personagens, fazendo um paralelo entre o desenho animado e a vida cotidiana, além de uma reflexão sobre os compromissos firmados na oficina anterior. Ao fim, elaboramos um Estatuto de regras para a boa convivência. (SABARANSKI, INÁCIO e ROSA, 2011, p.138)

Por fim, Sabaranski, Inácio e Rosa (2011, p.138), apresentam na quarta oficina o tema socialização e a confraternização, em que as crianças firmaram entre si, o compromisso de respeitar, promover e divulgar os direitos humanos, esses compromissos fizeram parte de um Estatuto que o grupo elaborou.

Para Sabaranski (2011, p.139), os educadores têm papel mais significativo na educação para os direitos humanos, visto que, estão mais próximos e trabalham diretamente com os educandos. Destaca também, que a promoção dos valores como liberdade, justiça, solidariedade, cooperação, tolerância e paz envolve o conhecimento da realidade dos educandos.

2.2 INCLUSÃO ESCOLAR NA PRÁTICA

Neste processo, primeiramente ocorre a necessidade de analisar o significado da palavra inclusão. A enciclopédia define inclusão como:

Conjunto de meios e ações que combatem a exclusão aos benefícios da vida em sociedade, provocada pela classe social, origem geográfica, educação, idade, deficiência, sexualidade ou preconceitos raciais. Inclusão social é oferecer, aos mais necessitados, oportunidades de acesso a bens e serviços dentro de um sistema que beneficie a todos e não apenas aos mais favorecidos no sistema meritocrático vigente na sociedade.

³ Horton Hears a Wo!; Jimmy Hayward, Steve Martinho; 20th Century Fox Film Corporation / blue Sky Studios; 88 min; EUA, 2008.

Para Fonseca (2006, p. 41), o termo inclusão significa ação de incluir, de envolver, de abranger, envolver de inserir e assim assegurar a todos os estudantes, a igualdade de oportunidades educativas como objetivo de preparação para uma vida futura com a independência e produtividade possível.

É claro que a inclusão não tem fórmula secreta. Incluir é verificar as limitações e facilidades de cada aluno, assim verificar cada caso isolado. Carvalho (2011, p. 45) apresenta um modo diferenciado de análise nas seguintes palavras:

A autorização para que qualquer um possa “ser” e “estar” neste mundo de desigualdades, mas igualmente de belezas, deverá evoluir para uma narrativa que (...) nem despreze a diferença nem a rotule, mas que contribua para a transformação.

A sociedade só muda quando mudar seu modo de pensar, em consequência o modo de agir. Todo ser humano tem limitações, e é dever de toda sociedade colaborar com a inclusão social. O processo de inclusão inicia na família e precisa que a escola de continuidade em colaboração com a família e demais setores da sociedade para que realmente se efetive.

Neste sentido, os críticos do processo de inclusão afirmam que quando a criança apresenta uma deficiência intelectual não acompanhará a turma e acabará sendo excluída SASSAKI (2010, p.132). O autor citado contrapõe esse pensamento apresentando que esta indagação é característica das pessoas que “acreditam que o ser humano só possui uma inteligência, a inteligência lógica”. Assim ressalta em oposição o autor:

Na escola inclusiva, porém, tal situação não ocorre por uma simples razão: professores e alunos sabem que ali se utiliza a teoria das inteligências múltiplas. Todos os alunos iniciam a escolaridade sabendo quais das 12 inteligências são as mais desenvolvidas em cada um. Todos os alunos estudam fazendo uso de suas melhores inteligências tanto na escola de aula como fora dela. (SASSAKI, 2010, p.132)

Com certeza, o pensamento de que a criança não acompanhará o restante da turma vem da teoria da inteligência única, que foi questionada cientificamente no início da década de 80. Essa teoria foi superada pela teoria das inteligências múltiplas. (SASSAKI, 2010, p.133)

Essas são as novas teorias da inteligência observadas pelos estudiosos:

LÓGICO-MATEMÁTICO: habilidade de usar raciocínio e números efetivamente. **VERBAL-LINGUÍSTICA:** habilidade no uso da palavra oral e/ou escrita. **CORPORAL-CINESTÉSICA:** habilidade no uso do corpo todo para expressar idéias e sentimentos. **MUSICAL:** habilidade para ritmo, melodia, harmonia e tom da música. **INTERPESSOAL:** habilidade de perceber e compreender o interior das outras pessoas. **VISUALESPACIAL:**

habilidade de perceber e usar o mundo visual e espacial. **NATURALISTA:** habilidade de reconhecer e usar produtivamente a fauna e a flora. **ESPIRITUAL/EXISTENCIALISTA:** habilidade de fazer as perguntas fundamentais sobre o significado da vida, da existência humana e de entrar em contato com Deus. **PICTOGRÁFICA:** habilidade de entender e expressar ideias e sentimentos por meio de desenhos. **POLÍTICA:** habilidade de entender e praticar conceitos e valores de cidadania. **ÉTICA/MORAL:** habilidade de discernir os aspectos éticos e morais da conduta moral e de agir de acordo com a verdade e a bondade. (SASSAKI, 2010, p.133-134)

Portanto, todas as pessoas conseguem aprender, mas de maneiras diferentes umas das outras. Assim no lugar de buscar as dificuldades que cada aluno tem o professor busca as habilidades. (SASSAKI, 2010, p.134)

Inicialmente, a prática inclusiva deve envolver estudos sobre a dinâmica na sala de aula, segundo Carvalho (2011, p.32) alguns estudos evidenciam que “as atividades em grupo favorecem o processo educacional e dinamizam relações de cooperação. O trabalho individualizado e individualizante vai cedendo vez para as tarefas cooperativas”.

É ciente que a sociedade consumista atual ensina a prática do preconceito. Mas como os jovens do país aprenderam a ter preconceito? É um questionamento cuja resposta traz o início do trabalho para busca da inclusão.

Assim o primeiro passo é a conscientização do ambiente escolar em perceber que ninguém é perfeito e que cada um tem suas dificuldades e facilidades. De tal modo, resgatar a escola como espaço de exercício de cidadania e valorização do ser humano com suas habilidades e dificuldades.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após estudar o processo de inclusão idealizado pelas escolas foi realizada a pesquisa em destaque nos itens 3.1 a 3.8. Esses dados observados serviram para a constatação da presente realidade das escolas municipais da comarca de São Lourenço do Oeste – SC.

Durante a coleta das informações foi verificada a convivência dos alunos com necessidades especiais e os demais alunos, a relação familiar dos alunos inclusos com a escola, o espaço físico, os recursos e a formação dos professores.

No decorrer da verificação foi realizada a análise do que deveria ser realizado, em termos de projetos e ações, na busca da metodologia ideal de inclusão para a cidade e a real.

3.1 A Realidade Escolar na Comarca de São Lourenço do Oeste

Deparamo-nos com frequência com as resistências dos professores e direções, manifestadas através de questionamentos e queixas ou até mesmo com expectativas de que possamos apresentar soluções mágicas de aplicação imediata, causando certa decepção e frustração, pois ela não existe.

O problema se agrava quando vemos o professor totalmente dependente de apoio ou assessoria de profissional da área da saúde, pois nesse caso, a questão clínica se sobressai e novamente o pedagógico fica esquecido.

Com isso, o professor se sente desvalorizado e fora do processo por considerar esse aluno como doente concluindo que não pode fazer nada por ele, pois ele precisa de tratamento especializado da clínica.

Parece que o professor esquece seu papel. Porém, não se considera, o momento do professor, sua formação, as condições da própria escola em receber esses alunos, que entram nas escolas e continuam excluídos de todo o processo de ensino-aprendizagem e social, causando frustração e fracassos, dificultando assim a proposta de inclusão.

3.2 Escola Básica Irmã Cecília

Há 15 alunos inclusos, com nove profissionais como 2º professor. Em geral os demais alunos convivem em harmonia com os inclusos. Já houve casos de agressões, mas o aluno não estava recebendo a medicação (omissão da mãe), e após minha advertência e a medicação correta tornou-se um dos melhores alunos, conforme disse a professora Solange Fransozi. O espaço ainda não é o ideal. Há inúmeras carências, mas o município acaba de receber do governo federal uma escola completa (R\$ 3.500.000,00) no valor de três milhões e quinhentos mil reais. E até 2016, a escola Irmã Cecília irá ocupar essas novas instalações, inclusive com salas adequadas aos inclusos. De modo geral os inclusos convivem com os demais de forma harmônica.

3.3 Escola Estadual Rui Barbosa

Dois (2) alunos inclusos com Deficiência Física, ambos com surdez. Conforme as professoras os recursos são poucos, e os treinamentos também. A aceitação pelos demais alunos é muito boa, que buscam ajudá-los seguidamente. Os materiais e equipamentos estão de acordo com as necessidades e o mais grave é a FALTA DE COLABORAÇÃO, VISITAS E DESINTERESSE DOS PAIS.

3.4 Escola Municipal São Francisco (Jupia)

Um (1) aluno incluso (autismo) que apresentou melhora considerável depois da inclusão. Comunica-se por gestos e segundo a professora melhorou 70% (setenta por cento) desde que começou a frequentar a escola. Bem aceito pelos colegas, mas tem dificuldade com grandes grupos e barulhos fortes. O aluno tem cinco anos de idade, amparado por dois (2) profissionais, que possuem pouco treinamento. A escola possui recursos e salas, mas a formação por enquanto parte apenas deles.

3.5 Escola Municipal São Lourenço Oeste

Apresenta três (3) alunos inclusos. Possui um assistente e duas estagiárias. Tem material e salas apropriadas. Possui recursos suficientes. Em alguns casos os alunos não aceitam bem os inclusos. Nas séries finais do ensino fundamental há uma certa restrição, segundo os professores. Um dos inclusos apresenta DM (deficiência mental), e por apresentar agressividade está em casa, e espera laudo médico para voltar.

3.6 Escola Municipal Irmã Neusa

Têm quatro (4) alunos inclusos, dois com DM e dois com DF (deficiência física). São assistidos por estagiárias e apresentaram melhora desde que iniciaram. Há também nas turmas finais (8º ano), certa dificuldade em aceitá-los.

Com os alunos mais novos há boa aceitação dos inclusos. Poucos recursos, mas na aula de libras, toda turma é ensinada, para poder se comunicar com o aluno.

Há professor específico para o aluno surdo, mas pouco treinamento para os estagiários. Segundo a diretora, há necessidade de um orientador na área de educação especial. Alguém que oriente tudo e toda a conduta/orientação dos profissionais. Falta capacitação para os professores e estagiários. Normalmente o professor não sabe o que fazer em relação ao ensino/aprendizagem do incluso.

Com relação ao cadeirante, todos os dias um aluno diferente o leva para o lanche/recreio, e isso faz com que todos tenham um carinho especial por ele.

3.7 Escola Santa Lúcia (Novo Horizonte)

Apresenta nove (9) alunos inclusos com DM e DF. Apresentam uma evolução lenta. Não frequentam a APAE. Um possui fonoaudióloga particular. Outro apresenta sexualidade excessiva.

Os profissionais envolvidos na inclusão são cinco (5). Há um caso de preconceito bastante evidente. Os colegas não o aceitam bem, em virtude da forte sexualidade. Há carência afetiva também. Tem recursos, mas não tem espaço. Ainda não foi liberado o projeto pelo MEC. A escola possui sete (7) turmas de manhã e apenas seis (6) salas. No turno da tarde há o mesmo problema. À tarde tem um cadeirante quase cego, e muitas vezes o professor regente “esquece” do aluno, pois não sabe o que “fazer” com ele.

A socialização dos inclusos é boa e de maneira geral respeitam as normas. Alguns professores tiveram 100 (cem) horas de treinamento para inclusão. Professores fizeram cursos específicos em Florianópolis e São Lourenço do Oeste.

3.8 Centro Educacional Novo Horizonte (CENHO)

São quatro (4) alunos inclusos. Dois (2) frequentam à APAE e demonstram clara evolução segundo os professores. Boa aceitação pelos alunos. Desde pequenos estão juntos. São assistidos por dois (2) profissionais. Não falta nada. Normalmente eles frequentam cursos/capacitação. A escola está aparelhada para recebê-los.

4 CONCLUSÃO

As escolas de qualidade são espaços de construção de personalidades humanas autônomas, críticas, espaços onde crianças e jovens apreendem a serem pessoas solidárias. Nesses ambientes educativos, ensinam-se os alunos a valorizar a diferença pela convivência com seus pares, pelo exemplo dos professores, pelo ensino sócio afetivo das relações estabelecidas em toda comunidade escolar – sem tensões competitivas, mas com espírito solidário, participativo.

Escolas assim concebidas não excluem nenhum aluno de suas classes, de seus programas, de suas aulas, das atividades e do convívio escolar mais amplo. São contextos educacionais em que todos os alunos têm possibilidades de aprender, frequentando uma mesma e única turma.

Confesso que tinha certa restrição à inclusão, mas fazendo este trabalho de pesquisa mudei radicalmente meu pensamento. Aprendi a ter mais compaixão, tolerância e verificar “in loco” a realidade na Comarca. Mesmo com poucos recursos/capacitação, os professores se desdobram para fazer uma boa inclusão. As escolas estão aos poucos se modernizando e acompanhando a evolução do ensino-aprendizagem. Ainda devemos percorrer um caminho enorme até o ideal.

Os dados coletados indicaram a necessidade de capacitação, não só para professores e funcionários, mas, também para os alunos, e ainda a importância de se desenvolverem estratégias de acessibilidade em todas as unidades pesquisadas.

Por tudo isso, a inclusão deve começar desde logo, nos primeiros anos. Assim os alunos crescem juntos. A aceitação será muito maior, e ao mesmo tempo, vão aceitando o diferente. Os profissionais precisam ser capacitados e valorizados e as escolas equipadas com mais tecnologia. Assim ao longo de poucos anos, teremos uma verdadeira inclusão escolar e uma sociedade mais justa.

“O senhor...mire, veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam, verdade maior. É o que a vida me ensinou. Isso que me alegra montão”.

João Guimarães Rosa

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARBONARI, Paulo César et al. **Educação em Direitos Humanos: Sistematização de práticas de educação formal**. 1ª edição. 2011. IFIBE, Passo Fundo – RS

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. 8ª edição. 2011. Mediação, Porto Alegre – RS

FONSECA, Vitor da. **Educação Especial: em direção à Educação Inclusiva. Tendências Futuras da Educação Inclusiva**. 3ª edição. 2006. EDIPUCRS, Porto Alegre - RS

MEC **Educação Inclusiva** <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/fundamentacaofilosofica.pdf>> Acesso em 10 de maio de 2015.

PORTAL EDUCAÇÃO. **Inclusão escolar um desafio entre o ideal e o real** <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:t8jLet5X800J:https://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/2284/inclusao-escolar-um-desafio-entre-oideal-e-oreal+&cd=1&hl=ptBR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em 10 de maio de 2015.

SABARANSKI, Gissélia Maria et al. **Educação em Direitos Humanos: Sistematização de práticas de educação formal**. 1ª edição. 2011. IFIBE, Passo Fundo – RS

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. 8ª edição. 2010. WVA, Rio de Janeiro - RJ

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em 10 de maio de 2015.